

**ESTUDOS DA TRADUÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO:
DIÁLOGOS POSSÍVEIS**

Giovana Cordeiro Campos
giovanacordeirocampos@gmail.com

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Embora milenar, a atividade tradutória veio a se constituir como disciplina somente na década de setenta do século XX. Grande parte da produção teórica a respeito da tradução até então priorizava abordagens cujos pilares eram os critérios de equivalência, precisão e fidelidade. Estes estavam baseados em uma visão de língua como instrumento, da tradução como transporte de significados e o do tradutor como ser capaz de dominar os sentidos. Esse quadro teórico viria a ser alterado por vários pensamentos e teorias desenvolvidos em outras áreas do conhecimento, os quais tiveram reflexos no campo dos estudos da tradução, vindo a contribuir para a chamada “virada cultural” (Snell-Hornby, 1990) ocorrida nos estudos da tradução. Passou-se a considerar a macro-estrutura da História e da Cultura, ao lado de uma visão do tradutor como construtor de significados.

Dentre os vários estudos e movimentos, podemos destacar os chamados estudos culturais, os quais, tomando como base as estruturas sociais e o contexto histórico, deslocaram o sentido de cultura da sua tradição elitista para incluir também as práticas cotidianas. Dessa forma, as atividades consideradas marginais, como a prática tradutória, começaram a ter espaço dentro dos estudos acadêmicos. Além disso, os estudos culturais propuseram a interdisciplinaridade, configurando um campo de interação entre várias disciplinas, como a antropologia, a sociologia, a história, entre outras.

No que se refere à questão da leitura, por exemplo, os estudos da tradução se valeram de concepções advindas da crítica e teoria literárias. A partir de 1950, passou-se a considerar que os textos literários estariam abertos a várias leituras, sendo o leitor um componente ativo no processo de interpretação. Na Itália, Umberto Eco (1962) levantou a hipótese da obra aberta, caracterizada exatamente pelas várias possibilidades de leitura que um texto suscita; no contexto alemão, Hans Robert Jauss (1977) problematizou a recepção dos tex-

ANÁLISE DO DISCURSO II

tos literários, salientando que as interpretações não são fixas; e Wolfgang Iser (1976) reivindicou para o leitor o papel de elemento diretamente responsável pela construção de significados de um texto ao preencher os vazios nele existentes; no universo francês, Roland Barthes (1968) desmistificou a noção do autor ao defender “a morte do autor”, colaborando para que o foco dos estudos literários fosse desviado para o leitor. A partir desses estudos, o autor deixou de ter com um texto uma relação de propriedade, sendo “figura que lhe é exterior e anterior, para a qual o texto aponta” (Foucault, [1969] 1992, p. 34). Tais posicionamentos foram particularmente relevantes para a tradução. Visto que o processo de tradução de um texto tem como um de seus mais importantes elementos a leitura, o leitor aceito como construtor de significados faz do tradutor um produtor de significados, já que a escrita da tradução resultará de sua interpretação.

Quanto aos estudos produzidos dentro da própria área dos estudos da tradução, podemos destacar os de Itamar Even-Zohar (1978, 1979) que, tomando como base o formalismo russo, desenvolveu sua teoria dos polissistemas. O estudioso não somente propôs uma visão da literatura como pertencente a um polissistema heterogêneo, complexo e dinâmico – a cultura – mas também demonstrou ser a própria literatura um polissistema, composto por vários sistemas entre os quais se inclui o da literatura traduzida. Esse “sistema de sistemas” é heterogêneo: há várias tendências, gêneros, escolas literárias, competindo constantemente por prestígio e poder (Martins, 2002, p. 36).

Theo Hermans (1985), outro importante teórico da tradução, propôs o conceito de “manipulação” (*manipulation*), considerando que “do ponto de vista da literatura-meta, todas as traduções implicam certo grau de manipulação do texto-fonte para um propósito determinado” (p. 11). Assim, para que o texto possa tornar-se compreensível na passagem de um contexto para outro, o mesmo é manuseado, alterado, manipulado, acabando por ser reescrito nesse novo contexto.

Por sua vez, o termo “reescrita” (*rewriting*), aplicado à atividade da tradução, foi cunhado por André Lefevere em 1980, em substituição a “metaliteratura” e “refração”, termos usados por ele em trabalhos anteriores (Vieira, 1992, p. 130). Para Lefevere (1992), qualquer ato de reescrita, seja na forma de antologias, de crítica, de

resenhas ou de tradução, representa uma forma de adaptação de uma obra para um público receptor diferente, sendo também por meio de suas reescritas que um texto se estabelece no interior dos polissistemas literários. No caso da tradução, tem-se uma acomodação daquilo que é estrangeiro para as normas da língua e da cultura-meta. Lefevere considera que as reescritas desempenham um papel importante na composição e disseminação de uma obra e no desenvolvimento de literaturas (Lefevere, 1982, p. 16-18; Vieira, 1992, p. 133). Os reescritores manipulam os originais de acordo com as ideologias de seu tempo, ou seja, o processo de reescrita é modelado, de alguma forma, pela estrutura de valores da sociedade em que eles vivem, ainda que esses valores não sejam conscientemente percebidos. As traduções, portanto, como qualquer outro processo de reescrita, constituem “manipulações ideologicamente comprometidas” (Oliveira, 2002, p. 3).

Um dos nomes mais importantes nos estudos contemporâneos da tradução é Lawrence Venuti, teórico e tradutor que vem promovendo uma ampla discussão sobre a atividade tradutória, apontando-a como uma tarefa que possui implicações culturais globais. O autor alega que o ato de se colocar o texto traduzido a serviço de uma cultura descortina assimetrias, revela injustiças, ilumina relações de dominação e dependência (Venuti, [1998] 2002, p. 5) e, por essas razões, torna-a um “escândalo”. Além disso, ele discute que a escolha dos textos a serem traduzidos, bem como das estratégias adotadas na realização de uma tradução, não somente são capazes de alterar ou consolidar cânones, mas também de construir uma identidade para uma cultura-fonte em uma cultura-meta. Nesse sentido, outro escândalo da tradução é revelado, visto que a escolha de uma determinada estratégia tradutória pode criar valores e práticas diferentes do modelo cultural vigente no contexto-meta, proporcionando, dessa forma, uma abertura para a alteridade, para a visualização do outro e, portanto, permitindo que se opere uma inscrição de valores estrangeiros no contexto doméstico. Por outro lado, se a tradução está voltada para a produção de um texto fluente, ocorre uma inserção de valores domésticos no texto estrangeiro, fazendo com que sejam apagadas as suas marcas culturais e linguísticas.

Há vários outros estudos e trabalhos na área, contudo, com os que esboçamos até aqui, pensamos ter demonstrado a preocupação dos estudos da tradução em melhor entender a articulação entre o

ANÁLISE DO DISCURSO II

processo tradutório, a ideologia e a história. Nesse sentido, ainda que haja divergências, a tradução é vista como atividade inserida em um contexto sócio-histórico e político-ideológico, do qual não é possível ao tradutor se abstrair (Campos, 2004).

A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

O quadro epistemológico da AD de escola francesa, tal como foi construído por Michel Pêcheux a partir da década de 60 do século XX, articula-se no espaço entre o materialismo histórico – observando a questão das formações sociais e suas transformações; a Linguística – levando em conta os processos de enunciação, porém, com a reelaboração dos conceitos aí envolvidos; e a teoria do discurso – reconhecendo a determinação histórica dos processos semânticos.

Interessa à AD a língua fazendo sentido, logo, a língua não é tomada como um sistema abstrato, mas como mediação necessária entre o homem e sua realidade social. Sob essa perspectiva histórica e social temos a inserção dos aspectos ideológicos na compreensão do funcionamento da linguagem. A partir desse modo de pensar, a AD inaugura uma nova instância da linguagem – o discurso – que representa uma interação na qual se manifesta a ideologia.

A noção de discurso da AD desestabiliza a noção da língua como mero instrumento de comunicação, ao mesmo tempo em que desconstrói a visão da comunicação entre seres humanos como sendo uma atividade em que um determinado emissor envia uma mensagem a um receptor por meio de um determinado código. Para a AD, não existiria uma atividade estanque de codificação e decodificação; trata-se de um *processo* de significação no qual há uma relação de sujeitos afetados pela história e pela língua e, nessa relação, os sentidos e os próprios sujeitos se constituem.

Percebemos que o viés da AD consegue abordar a complexidade da língua enquanto fato social e histórico, sendo que a língua ganha um status privilegiado de lugar de manifestação ideológica. Nessa conjuntura, podemos sustentar que a AD coloca a interpretação em questão, uma vez que esta somente acontece num espaço de relação entre sujeitos, levando em consideração as condições de produção dos discursos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Por condições de produção do discurso (CP) a AD entende, em sentido estrito, as circunstâncias de enunciação, e, em sentido mais amplo, o contexto sócio-histórico e político-ideológico. A necessidade de abordar as CP no segundo sentido aqui exposto remete à outra noção relevante dentro da AD, a qual atua em relação ao discurso: a memória discursiva. A noção de memória discursiva se define, de modo genérico, como “interdiscurso”, um saber discursivo que torna possível às nossas palavras fazerem sentido. Esse saber corresponde a palavras, expressões, enunciados etc., já ditos e esquecidos, mas que continuam a nos afetar. O interdiscurso se refere a algo que fala antes de nós, ou seja, é o elemento que faz com que o discurso remeta ao já-dito – os dizeres que, ainda que “esquecidos” por nós, fazem-se presentes no nosso dizer: “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (p. 31).

De acordo com Pêcheux (1988), é pela ideologia que sabemos o que é um soldado, um operário, um patrão etc.: “é a ideologia que, através do ‘hábito’ do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” (p. 160). Logo, a suposta transparência da linguagem mascara o fato de que os sentidos das palavras não existem “em si mesmos”, isto é, “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições* [e podemos acrescentar as convicções] *sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas” (p. 160).

Dentro dessa perspectiva, Pêcheux aborda o termo formação discursiva (FD), proposto inicialmente por Foucault, e o redimensiona, chamando de FD “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (p. 160). Entendemos que os discursos são modelados por essas formações ideológicas, podendo a FD ser entendida como a forma pela qual uma ou mais de uma formação ideológica se manifesta em um dado processo de enunciação. Para Pêcheux, a FD é “o lugar de constituição do sentido”, ou seja, sua “matriz” (p. 162). Todavia, as FDs não devem ser pensadas aqui como um bloco homogêneo, funcionando automaticamente: elas são “regionalizações do interdiscur-

ANÁLISE DO DISCURSO II

so, configurações específicas dos discursos em suas relações” (Orlandi, 2005, p. 43).

A conclusão a que se pode chegar é que o dizer não se resume a uma propriedade particular. Há em cada fala, texto, enunciação, discurso, algo que “não nos pede licença”, mas que vem pela história, pela filiação a sentidos já constituídos e que é marcado pela ideologia e pelas questões de poder. Assim, entendemos quando se afirma em AD que o sujeito não é a origem de seu dizer. Ao mesmo tempo, percebemos que ao analista de discurso cabe questionar o que a mobilização de determinadas palavras, em detrimento de outras, pode mostrar além das evidências.

Muito haveria que abordarmos sobre a AD. De forma resumida, podemos dizer que a AD defende ser o discurso um efeito de sentidos entre sujeitos constituídos no jogo sócio-histórico e político-ideológico do dizer. Desse modo, a Análise do Discurso interessa particularmente ao campo dos Estudos da Tradução porque traz para a reflexão sobre o funcionamento da linguagem as questões das relações sociais, bem como as de poder sob um viés discursivo. Os sentidos são vistos como tendo relação com o confronto de forças presente na sociedade, em sua dimensão ideológica, não sendo a linguagem tomada pela AD como um mero instrumento de comunicação de significações. Esse é um dos (muitos) pontos em que as duas áreas se encontram.

OS ESTUDOS DA TRADUÇÃO E A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Do que foi abordado nas seções anteriores, podemos destacar pelo menos três semelhanças entre as duas áreas: o interesse pela relação entre língua e ideologia; o objetivo de combater à visão da língua como algo transparente; a consideração do papel do leitor como produtor de discursos.

Para dar conta dessas três semelhanças, tomemos o trabalho proposto por Solange Mittmann (2003). Segundo a autora, um conceito-chave para o entendimento do processo tradutório é o de *texto*, uma vez que é na leitura do texto-fonte que o processo discursivo da

tradução tem início. O que a AD pode fornecer à compreensão da tradução nesse sentido é a consideração de que é na língua que o discurso se materializa. Daí afirmarem os analistas do discurso que a leitura não é um processo de decodificação, mas um espaço de produção de sentidos. A partir da leitura, vista como processo de produção de sentidos, o tradutor produz um novo discurso, que se materializará em um novo texto — o texto da tradução. Por sua vez, o leitor da tradução também estará produzindo sentidos no momento de sua leitura da tradução. Essas considerações levam Mittmann a observar que a relação de imbricação entre texto e discurso faz com que a tradução não possa ser tomada como algo isolado, mas em relação às suas condições de produção, que, no caso da tradução, também envolvem outros textos a que o tradutor recorre, tais como dicionários, artigos e livros relacionados ao assunto da tradução, outras traduções etc., os quais são *materializações de outros discursos* (p. 57). Assim, há um deslizamento de discursos na tradução, o que foi ignorado por muito tempo dentro das concepções mais tradicionais de tradução.

Outro conceito fundamental para a compreensão do processo tradutório é a noção de *língua*, uma vez que as concepções de tradução normalmente têm um vínculo direto com a concepção de língua a que o teórico/estudioso da tradução se filia, implícita ou explicitamente. Segundo Mittmann, a língua não é tomada pela AD como lugar de univocidade, transparência e regularidade; ao contrário, a AD admite a falha, a falta e o equívoco como constitutivos da própria estrutura da língua. A partir da AD é possível considerar que as línguas têm uma materialidade histórica particular, o que tem efeitos no entendimento do processo tradutório. Nas palavras de Orlandi (1994), as línguas “se marcam por se historicizarem de maneiras distintas. [Por essa razão, elas] produzem discursos distintos [e] significam diferentemente” (p. 31). Desse modo, a historicidade¹³ constitui a língua e os sentidos. Nessa direção, A AD e o campo dos estudos da tradução mais uma vez estão alinhados, sendo que a AD sofisticada ainda mais o pensamento sobre a língua ao admitir também a falha no

¹³ De acordo com o encaminhamento teórico proposto pela AD, não é de interesse do analista de discurso fazer um “rastreamento de dados históricos em um texto”, mas o de compreender como os sentidos são ali produzidos. De acordo com Ferreira (2005), “a esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade” (p. 17).

ANÁLISE DO DISCURSO II

ritual, o equívoco, e não como desvio, mas como constitutivo. A observância da irregularidade e da heterogeneidade conduz a uma visão de tradução na qual a historicidade da língua torna-se fundamental. Assim, tudo o que constitui os processos discursivos (sistema de valores, carga afetiva, aquilo que pode/deve ou não pode/não deve ser dito) — a formação discursiva e o interdiscurso — também impregna a língua e vai constituir a forma como a língua recorta o real. Ao traduzir, o tradutor encontra outro sistema de valores, outras determinações históricas etc., que representam outro recorte do real.

Outro ponto de análise a ser destacado são as implicações da noção de “sujeito” para o processo tradutório. De acordo com Mittmann, as concepções tradicionais sobre a tradução tinham uma forte resistência à inscrição da subjetividade do tradutor no texto traduzido, chegando ao ponto de se considerar a “presença” do tradutor no texto como algo negativo, que deve ser evitado. Já nas concepções mais atuais, cada teórico, a seu modo, reivindica o reconhecimento da produção da tradução pelo tradutor. Mittmann defende que falar sobre o tradutor do ponto de vista da AD implica abordar a interpelação ideológica que constitui esse tradutor como sujeito por meio de sua relação com a forma-sujeito de uma formação discursiva. De acordo com a autora, é a partir dessa relação — do sujeito tradutor com o Sujeito da FD — que o tradutor, “como sujeito enunciativo, assume uma posição-sujeito, que se inscreve em sua formulação, no caso, o texto da tradução” (p. 80). Portanto, é essa relação que determina a produção de sentidos tanto no processo de leitura do original quanto no de escrita da tradução; daí, segundo Mittmann, a particularidade de cada tradução. Vale acrescentar que o processo de relação entre o Sujeito da FD e sujeito tradutor é um processo encoberto, ou seja, o sujeito é interpelado, mas se acredita livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito ainda a ser feito no que tange à relação entre a Análise do Discurso francesa e os Estudos da Tradução. Este trabalho procurou apresentar uma breve revisão bibliográfica no intuito de apontar semelhanças e fomentar uma discussão mais ampla entre as duas áreas. De acordo com o que pudemos apurar, ainda são poucos os trabalhos em AD que se dedicam a estudar o processo tradutório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. Walter J. Evangelista e Maria L. V. De Castro. Rio de Janeiro: Graal, [1970] 1985.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad. Mario Laranjeira. [s.l]: Brasiliense, [1975], 1988.

CAMPOS, Giovana Cordeiro. *For Whom the Bell Tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro*. 2004 – Dissertação (Mestrado em Letras: Teoria da Literatura), ICHL, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, [1962]1986.

EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem theory. **In:** *Poetics today*, Tel Aviv, nº 1/2, v.1 1979, p. 287-310.

EVEN-ZOHAR, Itamar. The position of translated literature within the literary polysystem. **In:** HOLMES, J. S. *et alii* (ed.). *Literature and Translation: new perspectives in literary studies*. Leuven: Acco, 1978, p. 117-127.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. *Estudos da Linguagem*. Vitória da Conquista: UESB, 2005, p. 69-75.

FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, [1969] 1992.

HERMANS, Theo. Translation Studies and a New Paradigm. **In:** HERMANS, T. *The Manipulation of Literature: studies in literary translation*. London & Sydney: Croom Helm, 1985, p. 7-15.

ISER, Wolfgang. A Interação do texto com o leitor. **In:** LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 1979. p. 83-132.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. **In:** LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da*

ANÁLISE DO DISCURSO II

recepção. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1977] 1979, p. 43-61.

LEFEVERE, André. Mother courage's cucumbers: text, system and refraction in a theory of literature. *Modern Language Studies*, v. 12, 1982, p. 3-20.

LEFEVERE, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. London, New York: Routledge, 1992.

MARTINS, Marcia A.P. Descriptive translation studies: uma revisão crítica. In: *Gragoatá*. Niterói: UFF. n13, 2002/2, p. 33-52.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

OLIVEIRA, Maria Clara Castellões de. Em torno da literatura, tradução, tradutores e autores. *Contexto*, Espírito Santo: UFES, 2002.

ORLANDI, Eni. P. A Análise do Discurso: algumas observações. D.E.L.T.A., SP, v.2, n.1, 1986, p. 105-126.

ORLANDI, Eni P. A língua brasileira. In: *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, Campinas, n.23, 1994, p. 29-36.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, [1999] 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, [1975] 1988.

SNELL-HORNBY, Mary. Linguistic transcoding or cultural transfer? A critique of translation theory in Germany. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André. *Translation, History & Culture*. London: Pinter, 1990, p. 79-86.

VENUTI, Lawrence. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin *et ali*. Bauru: EDUSC, [1998] 2002. p. 129-167.

VIEIRA, Else Ribeiro. *Por uma teoria pós-moderna na tradução*. 1992. 265 p. – Tese (Doutorado em Letras: Literatura Comparada) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos